

O museu como espaço de experiência histórica através de ações educativas

The museum as a space of historical experience through educational activities

Rozeane Porto Diniz¹

Déborah Roberta Santiago Chaves Vilela²

Zenaide Gregorio Alves³

Ricardo de Aguiar Pacheco⁴

RESUMO: O Museu é cognoscível no presente a partir da “experiência histórica” representada pelo seu acervo e da narrativa autorizada sobre os objetos que o compõem, tornando-o elemento vivo através de ações educativas e de sua relação com o ensino, sobretudo de história. Pensando nisso, temos por objetivo, discutir a “experiência histórica” no Museu através de ações educativas que promovam um contato dos sujeitos com seu acervo de forma produtiva para que as representações históricas aconteçam. Compreendemos que o Museu evoca memórias e, portanto, inscreve marcas para a configuração identitária, isso pode se dá pela experiência, pelas sensações e pelo processo de aprendizagem que esses “lugares de memória” podem evocar de forma justaposta. Em suma, o Museu ao projetar o passado sobre o presente através da “experiência histórica” promove identificação, estranhamento ou ruptura do que já não somos mais e se transforma em “lugar de memória” que reverbera representações históricas.

PALAVRAS CHAVE: Museu. Experiência histórica. Ações educativas. Sujeito da experiência. Representações históricas.

ABSTRACT: The Museum is currently knowable from the “historical experience” represented by its collection and the authorized narrative about the objects that compose it, making it a living element through educational actions and its relationship with teaching, especially history. Thinking about it, we have as an objective to discuss the “historical experience” in the Museum through educational actions that promote a contact between the subjects and their collection in a productive way making the historical representations happen. We understand that the Museum evokes memories and, therefore, inscribes marks for an identity configuration, this can be given through experience, sensations and the learning process that these “places of memory” can evoke in a applied way. After all, the Museum, projecting the past onto the present through “historical experience”, promotes identification, estrangement or rupture of what we are no longer and becomes a “place of memory” that reverberates historical representations.

KEYWORDS: Keywords: Museum. Historical Experience. Educative Actions. Subject Of Experience. Historical Representations.

¹ Bolsista de PNPd CAPES/FACEPE pelo PGH UFRPE.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE. Graduada em Licenciatura em História – UFRPE. Bolsista CAPES.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE. Graduada em Licenciatura Plena em História – UFRPE. Bolsista CAPES.

⁴ Doutor em História/ Professor PGH UFRPE.



Representação histórica pressupõe a experiência histórica. Pois representações só podem existir uma vez que a experiência histórica já separou um eu anterior de um eu (historicamente) posterior, só então esta pode ser explicada por meio da representação histórica. (ANKERSMIT, 2012, p. 261)

Para compreender a representação evocada pelo Museu é preciso ir além dos objetos apresentados em seu acervo e problematizar o dito, o não-dito, o que está além das exposições e que provoca a partir da interação com um público uma dimensão múltipla de significação. O Museu, nessa concepção, faz parte da experiência histórica, não só em sua forma material, mas principalmente em suas diversas representações, apresentadas e evocadas a partir do processo de comunicação da exposição que acaba promovendo uma dinâmica cultural. Desse ponto de vista, não interessa a coerência entre signo e significado, ou seja, entre acervo e sua significação apresentada na exposição, pois outros significados vão ser atribuídos a partir da experiência das pessoas. Essa experiência se dá pela separação do eu anterior ao eu posterior, pois são pessoas no presente evocando memórias de um passado, não como resgate, mas como representação. É preciso pensar que “(...) o passado simplesmente como passado é totalmente incognoscível, conclui somente o passado residualmente preservado no presente é cognoscível” (LOWENTHAL Apud COLLINGWOOD, 1998, p. 67). Assim, os acervos dos Museus, são cognoscíveis no presente através dos discursos e narrativas produzidos a partir das representações que ocorrem num processo de identificação das pessoas com o acervo ali configurado.

Diante disso, considerando entre outras definições a de que os Museus são:

instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valores históricos, artísticos, científicos, técnicos, ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (IBRAM, 2009)

Como uma instituição que conserva, logo, prioriza aquilo que passou por uma escolha, que tem uma representação social dentro de um contexto histórico e que estabelece uma comunicação a partir da interpretação das culturas que lhes são representadas. Como espaços que apresentam coleções configuradas com os mais diferentes valores, eles promovem um intercâmbio entre culturas diferentes através de suas representações e reverberam como instrumento de construção da cidadania e do respeito às diferenças culturais.

É preciso atentar que o Museu ao se institucionalizar passou por um rigoroso processo de investigação histórica, antropológica, artística, dentre outras para legitimar a narrativa que vai se



construir a partir do seu acervo. Ou seja, o acervo de um Museu passou por um processo imbuído de relações de poder para se constituir enquanto uma verdade convincente. Sendo assim, não podemos relegar um Museu ao lugar de lazer ou apenas visitação turística, sem nenhuma comunicação com o público, pois estaremos desconsiderando toda sua constituição.

Destarte, podemos questionar a narrativa simbólica reverberada pelos Museus, promovendo interação com os acervos e compreendendo-os enquanto “lugar de memória”. Segundo Nora (1998, p. 21) “os lugares de memória [podem ser] oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração”. Estamos falando, portanto, de um lugar que apresenta a mais sensível experiência ou a mais complexa também. A experiência da representação de um passado, que pode promover identificação, que pode trazer a tona uma função social, mas que também se constitui enquanto espaço para “o sujeito da experiência [que] seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece o afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios” (BONDÍA, 2002, p. 24). Segundo Pacheco (2012, p. 64) o Museu “é um lugar para se viver uma experiência sensível. Sendo lugares de aprendizagem, são também espaços de lazer onde se compartilham sensações e emoções e uma dimensão não deveria eliminar a outra.” O Museu evoca memórias e, portanto, aciona o campo afetivo das pessoas ao passo que inscreve marcas para a configuração identitária e isso pode se dá não só pela experiência, mas pelas sensações ou mesmo pelo processo de aprendizagem que esses “lugares de memória” podem evocar de forma justaposta, sem perdas ou isolamento entre uma e outra função.

Essa configuração identitária não ocorre de forma aleatória, mas a partir de uma combinação “resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991, p. 183). Nesse processo de interação entre o que o Museu apresenta como discurso oficial de verdade sobre seu acervo e a representação, quer seja produtiva, de aceitação ou resistência que o público evoca na experiência é que faz compor as identidades sociais.

Essa experiência que marca ou que identifica, pode produzir estranheza, pertencimento, sensações e emoções, seja, como espaço de lazer e de aprendizagens, mas o fato é que levam a reflexões críticas sobre práticas culturais e conseqüentemente a uma formação cidadã múltipla e de respeito às diferenças, fazendo com que as pessoas vejam o outro, se coloquem no lugar, percebam a alteridade e possam compreender que a cidadania se constrói a partir dessa relação de alteridade.

Sobre essa relação entre Museu e identidade a Declaração de Caracas de 1992 já trazia que o Museu é “instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos” (PRIMO, 1999, p.249/250), colocando o Museu em sua relação com a sociedade, portanto,



enquanto um bem com potencialidade para instrumentalizar práticas culturais que visem à formação identitária e cidadã.

No contexto histórico de uma mudança de paradigma na América Latina provocada não só por questões políticas, mas também pelas mudanças sociais, a declaração considerou alguns desafios para a composição dos Museus, dentre eles estava à relação Museu e Comunicação e Museu e Patrimônio.

No primeiro aspecto destacado, na relação do Museu e Comunicação, observou-se que os Museus são “espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais” (PRIMO, 1999, p. 251). Os objetos em si de um acervo falam a partir do endereçamento de sua exposição, quando produzem linguagem, muitas vezes não verbal, mas reverberando diferentes linguagens culturais a partir da interação com o público. Segundo Nef (1995, p. 145) “os limites de minha própria linguagem significam os limites do meu próprio mundo”, as pessoas lidam com o mundo através de uma linguagem que representa seu mundo, seu lugar cultural e histórico, pois “a linguagem é objeto histórico” (PORTINARI, 1989, 18).

O Museu através de sua relação comunicativa possibilita um processo educativo, crítico e também reflexivo sobre o seu acervo, mas significando seus objetos na cultura em suas relações com as práticas sociais e promovendo um intercâmbio com a contemporaneidade. Essa relação é crucial para compreender a representação do Museu na sociedade do qual faz parte, inclusive, como fonte de conhecimento e fonte histórica.

O segundo aspecto trazido pela declaração de Caracas é sobre “a relação Museu e Patrimônio, considerando a instituição como responsável pelo resgate do patrimônio e propagação de uma mensagem coerente” (PRIMO, 1999, p. 254). Discordamos dessa definição, pois compreendemos que o Museu “faz parte do patrimônio natural e cultural mundial e pode ser de caráter tangível ou intangível” (LEWIS, 2004, p. 1), porém não acreditamos no resgate desse passado, mas nas representações possíveis do passado e através de mensagens polissêmicas com ou sem coerência porque podem se apresentar de forma múltipla de acordo com as apropriações. Portanto, o Museu enquanto espaço construído historicamente é uma expressão do patrimônio que tem por finalidade caracterizar uma suposta identidade local, regional e/ou nacional, mas que diante da polissemia que reverbera pode se desvencilhar dessas identificações e se pulverizar de forma “rizomática” (DELEUZE, GUATTARI 1995, p. 21).

Todavia, sabemos que as definições de patrimônio não são desinteressadas, em cada momento histórico elas são configuradas de acordo com seu contexto e, por isso podem ser múltiplas, conflituosas e apropriadas de diferentes formas e por diferentes sujeitos.

Segundo Pacheco (2017, p. 09) “um objeto patrimonial não funciona sozinho, ele precisa estar inserido em um quadro de memória que lhe dê sentido, necessita de uma rede de

significados que lhe potencialize um significado particular.” Dessa forma a memória é seletiva e representa um discurso intencional.

Os objetos dos Museus são possuidores de significados e, portanto tornam-se relevantes para compreensão dos fatos históricos proporcionando além de entendimento, o conhecimento e consciência de várias sociedades. Ou seja, nos acervos dos Museus encontramos objetos que são detentores de significados e por isso contam a história sob diversas perspectivas.

Qualquer objeto pode funcionar como documento, mesmo que estes sejam criados para registrar informações, nos Museus esses mesmos documentos também podem fornecer informações próprias não só do seu uso, bem como de documento, por exemplo: “se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria prima e respectivo processamento à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc” (MENESES, 1994, P. 21). Dessa forma, as significações de um acervo são multifacetadas.

No contexto dos Museus, a leitura dos conhecimentos de História é imprescindível à construção da identidade coletiva, conciliando com seus objetos expostos proporcionando ligação com o passado dos grupos sociais compartilhados na memória socialmente construída. Além da conexão entre os conteúdos de História, que permite ao indivíduo situar-se histórica, cultural e socialmente na coletividade envolvendo seu destino pessoal no destino coletivo. Compreendemos assim, o desenvolvimento das sociedades e indivíduos interligados com o passado, o presente e o futuro. Ou ainda o tempo tríplice, que para Freyre (1985), se caracteriza com tudo simultaneamente agora, ou seja, tudo é passado, presente e futuro agora. Em um sentido de vai e volta, por está sempre latente. Tendo em vista que os objetos nestes espaços podem ser os mesmos, o que mudará será a apropriação que se fará deles por meio da leitura e mediação, na qual o Museu lhes afirmará a importância.

Ainda de acordo com a Declaração de Caracas (PRIMO, 1999, p. 257) o Museu deve incentivar “a investigação desenvolvida pela comunidade para o reconhecimento de seus próprios valores”. Ou seja, fala-se aqui do processo de identificação e pertencimento.

Destarte é preciso pensar que os Museus enquanto espaços de relações de poder podem suscitar o estranhamento da comunidade em relação ao não pertencimento, ou ao questionamento de determinados valores considerando, pois que “o conceito de identidade (...) não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história” (HALL, 2000, p. 108). Sendo assim, não dá para pensar numa concepção de identidade com pertencimento e coerência a determinados valores como algo inerte, estável.

Esse processo de identificação envolve uma relação fecunda com a memória, porque se “são plurais as vidas individuais, [também] é plural e diferenciada a memória que registra os



acontecimentos da vida” de forma seletiva e produzindo também esquecimento (GOMES, 2004, p.14). “A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1983, p. 17) que envolve afetividades, interesses e escolhas que irão compor um processo identitário configurado naquilo que se quer lembrar e naquilo que se relega ao esquecimento produzindo assim, verdades.

Nesse contexto, de produção de discursos e narrativas de verdade sobre acervos em Museus, precisamos pensar quais as melhores formas de problematizar esses discursos, de questionar exposições e de promover interações entre o público e o Museu para que essas instituições em vez de se apresentarem passivas na relação com os sujeitos ou simplesmente reprodutoras de um discurso unívoco promovam um diálogo permanente com a sociedade e possam contribuir com múltiplos processos identitários, com representações plurais da memória transformando-se em elemento vivo.

Acreditamos que uma das formas de interação, aprendizagem e lazer que pode contribuir para que os Museus se tornem elementos vivos, ativos socialmente são as práticas educativas, considerando que “o Museu é um ambiente educativo peculiar” (SIMAM, et al, 2007, p. 37) e, portanto, é uma instituição com potencialidade para se desenvolver ações educativas que o configurem como espaço de representação e experiências.

O MUSEU COMO ELEMENTO VIVO ATRAVÉS DE AÇÕES EDUCATIVAS

Pensar o Museu como um espaço vivo requer concebê-lo a partir das suas possibilidades de interação com o público e seu acervo. Considerando que é possível fazermos leituras da história nos Museus, por meio de práticas a muito realizadas nesses espaços, as quais foram consideradas de acordo com Freyre (1985) “como necrófilas, mas que com o passar do tempo e desenvolvimento da sociedade foram superadas e tornaram-se viventes”. Isso ocorreu devido ao fato de estabelecer um diálogo mais significativo entre seu acervo, a história que ele carrega em si, e seus visitantes, retirando destas instituições a noção meramente contemplativa.

Os primeiros Museus tidos como “modernos” se estruturaram na França, no século XVIII, com intuito de educar o indivíduo, estimular o senso estético e afirmar a identidade nacional (OLIVEIRA, 2008, p. 141).

Todavia, o Museu adquire a conotação de espaço de educação a partir das tímidas criações em instituições de ensino formal, como as Universidades que aos poucos vão recebendo doações de colecionadores, os quais pretendiam difundir o conhecimento. Nesse mesmo contexto, Marandino (2008), mostra a relação dos Museus como instituições de pesquisas responsáveis pela estruturação das disciplinas científicas como a História, a Geologia, a Biologia, a Antropologia e outras.

Outro aspecto do Museu como espaço de educação é marcado pela inserção do público (com pessoas de várias classes sociais). Mas esse fato está relacionado aos projetos dos governos



nacionais, assim como ocorreu no Brasil de maneira mais intensa no final do século XX com a nova Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual visava à popularização da ciência para rever o atraso científico e tecnológico do país. As políticas surgem para estimular os anseios de progresso, quando num dos artigos da referida constituição diz que “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas” (CF/88, Caput Art. 218), tendo por objetivo da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional. Assim, podemos compreender que com a nova constituição as ciências passam a ser estimuladas para criar nos seus cidadãos empatia de forma cotidiana.

Logo, os Museus vão adquirindo o caráter educativo e ofertando maior acesso aos visitantes. E com isso, os alunos podiam visualizar muito daquilo que era ensinado em teoria nas escolas ou sentirem maior proximidade com fatos e/ou acontecimentos históricos através do contato com acervos compostos por fontes históricas, arqueológicas, dentre outras. Todas essas informações contribuíram para que os Museus se preocupassem com a interação entre suas exposições e os visitantes, por meio de atividades que os levassem a entender e se apropriar de maneira mais educativa.

Os Museus estão carregados de elementos que possibilitam a construção didática, a representação da realidade, o sentimento de pertença, mas também a experiência histórica através de um “sentimento de perda” (ANKERSMIT, 2012, p. 262) de ruptura, uma vez que ao Museu é agregado o papel didático, o qual nos leva a pensar e agir como num espaço onde o passado está representado/depositado, mas também é um lugar de crítica, de questionamentos, de reflexão, de comunicação por excelência.

Devido a esse processo de inserção educativa dos Museus, se faz necessário pensar que sendo eles dispositivos de comunicação por excelência, devem estar resguardados de suas práticas, do seu lugar de fala, enquanto instituição, pois, quando pensados pedagogicamente, determinados grupos nas visitas, espera/deseja que ele cumpra a função de educar. Por isso, deve haver uma delimitação do seu papel enquanto instituição, frente a outros espaços formativos, como a escola, por exemplo.

Ramos (2004, p. 29) pontua essa delimitação, pensando que é preciso compreender o Museu “como lugar de produção do saber, [por isso, não deve] ser confundido com centros de pesquisas ou de aulas, embora faça pesquisa e dê aulas, nem com instituições de recreação, embora assuma o caráter lúdico”.

O Museu, em seu caráter institucional, não tem obrigação de ser um espaço pedagógico, formal, como a escola, no entanto, dentro de seu papel social, ele poderá ser um espaço de vivências pedagógicas, sendo um dispositivo que dialogue com os conhecimentos e operações de outras instâncias do saber.



Deste modo, desenvolver atividades didáticas nos Museus, de certa forma, propicia em melhorias ao aprendizado dos alunos, uma vez que esses espaços favorecem a criação de meios e condições para autonomia e construção do conhecimento, de modo que os alunos conectem e interpretem os saberes escolares e educacionais com a sua realidade social. Os Museus são considerados como espaços de educação não formal, por possuir formas próprias de desenvolver suas atividades através de oficinas, minicursos, palestras, mediações, e tantas outras.

E ainda, ao abrir lugar para a mediação, o Museu encontra soluções estratégicas para solucionar os entraves por meio de suas exposições. Para melhor desenvolver essas estratégias, é importante levar em consideração os aspectos que direcionem as atividades que possivelmente ofertem privilégios a observação e a interação com os objetos; bem como a valorização da interação social e a troca de informações; e os momentos de contemplação livre e de maior ludicidade.

Para que esse processo de aprendizagem ocorra, a educação museal deve também ser elemento notório e presente. Para tanto, a criação dos educativos dos Museus trouxeram outra perspectiva sobre esses dispositivos, pois, é devido a sua organização frente às mediações que essa instituição será sistematizada pela ótica da educação museal que por sua vez, poderá desenvolver problemáticas, métodos comparativos, afirmações, diálogos com as ciências humanas, exatas e da natureza, sendo as “paredes e objetos” da exposição elementos norteadores para transpor a comunicação, antes de tudo.

Assim, “a educação museal passa necessariamente pela capacidade progressiva de instrumentalizar o público para a decifração dos códigos propostos” (RAMOS, 2004, p. 26). Quem deverá auxiliar nessa sistematização e tornar o Museu vivo é o público visitante, bem como os mediadores/ monitores que junto ao educativo irão viabilizar métodos que tornem o Museu um espaço de expressão para construção do saber, “do contrário, o monitor vira acessório permanente e corre-se o risco de pleitear mediações indispensáveis” (RAMOS, 2004, p. 26).

Segundo Ramos (2004, p.26) “assim como a conquista da leitura de um texto se faz ao dispensar a figura alheia que leria para nós, a exposição também mostra sua eficiência ao criar formas de comunicação e dispositivos de reflexão sem tutela”, demonstrando a potencialidade do acervo.

Com a concepção dos Museus como espaços educativos, seu desenvolvimento também acarretou na inserção de profissionais da educação para compor seu quadro funcional, estabelecendo objetivos mais precisos de comunicação dos Museus com seu público através de suas exposições e mediações.

Pensando dessa forma, o Museu como espaço educativo, é possível realizar a transposição didática através do ensino de história. Para que isso aconteça, é necessário conhecer antes o Museu e sua exposição, para saber se estes são compatíveis com os conteúdos que se pretende



trabalhar, ou até mesmo verificar se no Museu já tem alguma oficina/atividade que atenda a proposta do professor e da turma; em seguida identificar os objetos, por meio de uma análise dentro da disciplina e aplicar a prática da atividade para alcançar o aprendizado dos alunos.

MUSEUS E ENSINO DE HISTÓRIA

Para José Carlos Libâneo (2013) ensinar História em um Museu, dentre tantos benefícios, auxilia na construção da dimensão crítico-social dos conteúdos a partir da seleção e temática destes e suas relações com a vida e cotidiano dos alunos. Mas nem sempre foi assim.

Até o início do século XX, os Museus ainda carregavam concepções tradicionais, que por sua vez, estavam atrelados a construção do discurso relacionado à identidade nacional, dos grandes feitos, dos heróis nacionais. Precisamente nos anos 80, passamos a perceber uma virada cultural entre as ciências, que de certa forma chega ao campo da museologia e dos Museus, trazendo novos processos, novas práticas e formas de pensar uma “Nova Museologia”.

Assim como a Conferência de Caracas (1992), supracitada anteriormente, vemos um movimento sobre os Museus que compõe seu campo educativo nas propostas da Declaração de Santiago do Chile (1972), na Declaração de Quebec (1984) e também do CECA (Comitê de Educação e Ação Cultural) ICOM (Conselho Internacional de Museus) (2004), em suas conferências, abrindo portas para o que reconhecemos como educação em Museus.

Essas resoluções trouxeram princípios base para os Museus na América Latina, no sentido de desenvolver junto à comunidade educativa propostas/ações as quais contemplem uma melhor comunicação do que se expõe com quem visita, contemplando uma perspectiva educativa, científica, frente às suas relações com o meio urbano e rural.

Segundo Bittencourt (2011, p. 353) “a historiografia construída a partir dos Museus é relevante, no sentido de que aponta construções sociais, econômicas, religiosas, culturais sobre um determinado objeto”, pois, vai além de uma simples exposição, são fontes, vestígios dos antepassados e representam os costumes de determinados povos.

Desvallées, também nos aponta esse lugar dos Museus, quando afirma que

sendo o museu um estabelecimento inscrito na sociedade que tem por competência a relação específica do homem como realidade social tanto quanto natural, tem-se que a prática e a teoria se unem em uma mesma concepção ao mesmo tempo social e cultural de sua função. (DESVALLÉES, 2015, p.93)

Assim, uma das formas de se pensar esse lugar é a partir da construção diálogos/roteiros por meio das ações educativas, que tem sido uma crescente na era moderna dos Museus e que utilizamos como mote para perceber o papel do professor historiador e como ele faz uso desse espaço para ensinar história. Pensando nisso, Bittencourt provoca uma reflexão quando evidencia que,



É comum encontrarmos crianças e jovens em museus, acompanhados de professores, percorrendo as salas onde estão expostos variados objetos em vitrinas com iluminação atrativa. Uma atividade educativa dessa natureza é sempre bem-vinda, mas para quem dela participa sempre fica a indagação sobre o que efetivamente se aprende nessas visitas, que demandam preparação e envolvimento dos docentes e da comunidade escolar. (BITTENCOURT, 2011, p. 354)

Mediante esse quadro, faz-se necessário compreender o Museu sobre dois aspectos, aquele de instituição e aquele de salvaguarda das memórias. São essas memórias que serão representadas através dos objetos, podendo ser coletiva ou individual. Mas o objeto em si carrega seu discurso e ao pertencer a um espaço expositivo vai ganhando sentidos à medida que discursos são construídos para evocar as memórias de quem os visualiza/visita. Esse processo pode evocar a experiência histórica através de explicações suscitadas do passado, que além de apresentarem identificação podem também apresentar distanciamento, ruptura e isso acontece justamente porque “dividimos um presente ainda difuso e abrangente em um passado e um presente” (ANKERSMIT, 2012, p. 262). Ou seja, essas exposições reverberam representações históricas e, por isso, são muito importantes.

Tendo em vista a importância do fluxo de visitação nos Museus em 2015 o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) lançou a proposta do Formulário de Visitação Anual (FVA) e o Formulário de Visitação Mensal (FVM), posteriormente. O FVA foi o instrumento criado pelo IBRAM para cumprimento do Decreto nº 8.124/2013, art. 4º, inciso VIII que determina a obrigação dos Museus em “enviar ao IBRAM dados e informações relativas às visitas anuais, de acordo com ato normativo do Instituto” (CENEDOM, 2016). O IBRAM reitera a importância do seu público visitante, quando afirma,

Um museu sem seu público não está completo. Pode-se conhecer quem é esse público estudando vários aspectos de sua composição – se é principalmente de turistas, de moradores do entorno, de jovens, de escolares, de idosos; se é um pequeno número ou se é volumoso... Esses são apenas alguns de tantos outros envolvem a caracterização do público. Ter a instituição aberta à visitação – recebendo as pessoas e fazendo conhecidos os universos de seu acervo – é o aspecto mais importante do projeto Museus & Público, que visa estudar justamente os fatores e características das relações existentes entre os museus e seu público. Somente recebendo os visitantes é que essa relação pode se estabelecer e, assim, ser estudada. (IBRAM, 2016)

Em números, esses estudos públicos dos Museus levantados pelo IBRAM, apontam que boa parte do público anual dos Museus se dá pelo público escolar, assim, compreendemos que há uma potencialidade educativa aí bem evidenciada e que transforma o Museu em elemento vivo, do contrário seria uma instituição apática.

Esse diálogo entre os profissionais de ensino, com a comunidade local, e seu público espontâneo, faz emergir, sobretudo para os profissionais de ensino a relação com a interdisciplinaridade, bem como a visualização de conteúdos.

Didatizar esse espaço é perceber, no caso da disciplina de história, a relação didática-curricular, correspondente ao que se entende nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) como,

a atuação no espaço do Museu exige desse profissional a articulação do discurso teórico e tecnicamente consistente sobre os processos vividos no passado, o que evidencia o conjunto de contradições e construções dos processos históricos, ao mesmo tempo que demanda por uma versão que esteja articulada com versões e interesses que as comunidades desejam legitimar sobre o seu passado, sobre a memória que desejam para si, atuando na construção política do tempo presente que são as identidades coletivas (PACHECO, 2017, p. 119).

Portanto, o professor de história quando coloca esse espaço e seus objetos para construção do saber, os situa como fonte histórica a qual ele compreenderá que ali além de resguardar a memória, também é um espaço que forma sujeitos, desperta olhares constrói e desconstrói identidades, tendo, portanto, a responsabilidade ética de um discurso produtivo.

Ao passo que a ação do historiador constrói relações de conhecimento nos Museus, ele também vai se delimitando, pois, o que se encontra nas exposições pode ser visualizado como um saber palpável ao aprendizado teórico vivenciado na escola, como pode também ser aquele que desconstrói elementos teóricos devido ao discurso empregado sobre o objeto.

Nesse sentido, por ser um espaço não – formal, os conhecimentos ali transpostos no Museu poderão perpassar os saberes curriculares dos espaços formais de aprendizagem, de modo a convergir com as demandas de pluralidade, multiculturalismo, sendo um espaço de construção de saber múltiplo.

Deste modo, pensar o conhecimento histórico em um espaço como o Museu traz certa complexidade, mas muitas possibilidades no campo das representações históricas, a partir disso é necessário pensar como as propostas didáticas ali pensadas por parte do professor – historiador possibilita uma experiência histórica através do contato direto com o passado promovido pelo acesso ao acervo que pode levar ao reconhecimento da diferença e a ruptura do que já não somos mais, pela projeção do passado sobre o presente através da representação (ANKERSMIT, 2012). Ou seja, o que de representação do passado pode está contido em um quadro, um objeto ou uma prática exposto e representado em um Museu, ainda perdura nos tempos atuais ou ficaram apenas restritos àquele passado, devendo assim o Museu e seu serviço educativo buscar situar o indivíduo dentro do seu espaço-tempo, apresentando a ele narrativas que o façam capaz de se compreender sujeito da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprendemos que usar o museu como recurso para ensinar história, mesmo que já muito discutido, se faz importante por proporcionar discussões e materializar às teorias



abordadas em sala de aula. Abstraindo dos conceitos distantes da realidade dos alunos e de certa forma, aproximando os discursos às práticas, como advindo com a “nova museologia”, por meio das diversas conferências que impulsionaram tal movimento e as demandas de melhoria para o ensino de história. Considerando que o público escolar compõe o maior número de visitantes das instituições museais.

O Museu adquire nova característica mais dinâmica e lúdica, a partir dos últimos séculos e se torna um lugar vivente, onde experiências concretas passam a ser executadas em suas dependências, e com isso perde o aspecto necrófilo e se torna mais atrativo ao seu público. Ou seja, o museu, como instituição voltada ao “desfrute” da sociedade, se moderniza para continuar existindo e mantendo seu papel social.

Assim, sendo o Museu essa instituição que conserva e prioriza aquilo que passou por uma escolha, compreendemos a sua relevância e representação social dentro de um contexto histórico, bem como esse lugar Museu dentro do diálogo de produções didáticas para o ensino de história. Podemos constatar que dentro dos museus, os serviços prestados pelos educativos, puderam ampliar não só as metodologias de ensino, mas também, as múltiplas linguagens que auxiliam na aprendizagem de história para além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

Anais - III Encontro Regional da América Latina e Caribe – CECA/ICOM – *Museus e Patrimônio Intangível- O Patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultura*. Museu de Arte Brasileira - FAAP, 2004.

ANKERSMIT, Frank Rudolf. Experiência Histórica: além da virada linguística In: *A Escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Documentos não escritos na sala de aula – Museus e seus objetos. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n.19. ISSN 1413-2478. < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003> > Acesso em 10/08/2018.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11 ed. São Paulo: T. A. Queirós, 1983.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, jan/abr, p. 173-191, 1991.

DELEUZE, Gilles. GUATTARRI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. I. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.



DESVALLÉES, André. *Apresentação à obra Vagues, Une anthologie de la Nouvelle muséologie, vol. 1 (1992)*. Traduzido por Bruno Brulon do original. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 47. Rio de Janeiro, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Culturas e museus*. Recife, FUNDARPE, 1985.

GOMES, Angela de Castro Gomes. (Org.). *Escritas de si: escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEWIS, Geoffrey. O papel dos Museus e o código de ética. In: ICOM/UNESCO. *Como gerir um museu: um guia*. Paris/FR: ICOM/Unesco, 2004. pp. 1-16. Disponível em: <<http://icom.museum/qui-sommes-nous/la-vision/definition-du-musee/L/2.html>>. Acesso em: 10/08/2018.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*, 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOWENTHAL, David. Como conhecer o passado. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC, nº. 17, 1998.

MARANDINO, Martha. *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo, SP:Geenf/FEUSP. 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Do teatro da memória ao laboratório da História: A exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

NEF, Frédéric. *História da linguística e filosofia da linguagem*. Tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro. Jorge Zahar.Ed. 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC, nº. 17, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino Escolar de História como Alfabetização Humanística*. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 116 a 123, jul./dez. 2009.

_____. As ações educativas em museus – In: *Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percorso Docente*. 1. Ed. Jundiá, SP: Paco, 2017.

_____. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 4, nº 2, p. 63-81, 2012.

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15, 1999.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*. Argos, 2004.



SIMAN, Lana Mara de Castro, COSTA, Carina Martins, NASCIMENTO, Silvana Sousa do. *Escola e Museus: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Cefor, 2007.

Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia – CENEDOM. *Estudos de Público em Museus*. In: *Boletim Bibliográfico*, nº 43, 2016. http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Boletim_10_02_16.pdf. Acesso em: 10/09/2018.

Portal do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. *Museus e Público*. <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/museus-e-publico/> Acesso em: 09/09/2018.

IBRAM - *Instituto Brasileiro de Museus*. Disponível em:
<<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>> Acesso em: 21/09/2018.

IBRAM. *Formulário de Visitação Anual 2014* – Coordenação de Produção e Análise da Informação – Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal. <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/RESULTADOS-FVA-2014.pdf> Acesso em: 10/09/2018.

